

A integração e a inclusão nas aulas de Educação Física escolar para pessoas com necessidades especiais

Emanuel Rennan de Lima Lemos
Mayara Viviane de Couto Silva

RESUMO

A inclusão é um direito universal, uma vez que o ser humano nasce em sociedade, advém dela e o direito inalienável à educação é pertinente a qualquer cidadão, seja a pessoa com necessidade especial ou não. Ao compartilhar saberes, experiências e convivendo entre pares, a pessoa com alguma necessidade especial também é agente modificadora do mundo, por conseguinte merece ser inserida em atividades que contribuam para o desenvolvimento de suas habilidades de acordo com sua necessidade adaptada. Os objetivos deste artigo estão em conhecer e reconhecer a integração e inclusão deles no processo educacional, identificar como as aulas de Educação Física influenciam o desenvolvimento das suas habilidades e de suas limitações físicas, como é feita a compreensão deles nas aulas, como o docente desenvolve a sua metodologia e adapta suas aulas para a prática daqueles de acordo com sua necessidade. Para elaboração desse artigo utilizou-se um processo metodológico e uma pesquisa bibliográfica, a qual foi em busca de autores que explicam, conhecem e analisam o assunto. Inicialmente, apresenta-se um breve histórico sobre integração e inclusão nas aulas de Educação Física. No decorrer do texto, discorre-se sobre integrar e incluir pessoas com necessidades especiais no ensino regular e o respaldo legal que embasa a inclusão deles. Conclui-se que para existir uma verdadeira integração e inclusão é necessário não só a capacitação dos professores para o ensino, mas também tornar a escola acessível para todos e esta seja equipada com recursos materiais que tornem as aulas mais interessantes e atrativas.

Palavras-chave: Integração. Inclusão. Adaptação.

Integration and inclusion in school physical education classes for people with special needs

ABSTRACT

Inclusion is a universal right, since the human being is born in society, it comes and the inalienable right to education is relevant to every citizen, whether the person with special needs or not. By sharing knowledge, experiences and living among peers, the person with any special needs is also modifying agent in the world, therefore it deserves to be inserted in activities that contribute to the development of their skills according to their needs adapted. The objectives of this article are to know and recognize the integration and inclusion of them in the educational process, to identify how the Physical Education classes influence the development of their skills and their physical limitations, as it is made to understand them in the classroom as the teacher develops its methodology and adapt their lessons to practice those according to their need. For preparation of this article used a methodological process and a literature search, which was looking for authors who explain, know and analyze it. Initially, it presents a brief history of integration and inclusion in physical education classes. Throughout the text, it talks about integrating and include people with special needs in mainstream education and legal support that supports their inclusion. We conclude that to be a true integration and inclusion is necessary not only the training of teachers for teaching, but also make the school accessible to all and this is equipped with material resources that make the most interesting and attractive classes.

Key words: Integration. Inclusion. Adaptation.

INTRODUÇÃO

Ao escolher discutir os aspectos referentes à integração e inclusão às aulas de Educação Física escolar para pessoas com necessidades especiais, os autores do texto em tela consideraram relevante conhecer e reconhecer o processo histórico que conduz esses discentes às aulas de Educação Física, como compreendem as aulas, como o professor desenvolve suas habilidades, como promove a integração e a inclusão através das aulas de Educação Física.

Os objetivos dessa pesquisa estão alicerçados no conhecer e reconhecer a integração e a inclusão de pessoas com necessidades especiais no processo educacional, elencar as atividades desenvolvidas nas aulas de Educação Física que apresentam metodologia que influencie o desenvolvimento das habilidades diante das limitações físicas.

O estudo ressalta a análise das contribuições nas aulas de Educação Física escolar para pessoas com necessidades especiais e de que forma eles irão praticar a atividade de acordo com a sua necessidade.

Como processo metodológico, utilizou-se a pesquisa bibliográfica que, segundo Cervo e Bervian (2007), busca explicar, conhecer e analisar fatos sobre determinado assunto. Essa é uma pesquisa de revisão bibliográfica indireta, sistematizada com abordagem qualitativa, a qual está baseada em leis, livros e artigos científicos.

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas em artigos, livros, dissertações e teses. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos busca-se conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema. (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p.60).

Analisou-se o material já existente sobre a temática para assegurar o caráter contributivo da Educação Física na integração e inclusão social da pessoa com necessidade especial.

Toda criança deve ter acesso à escola regular, com ou sem classe especial. A participação deles nas atividades propostas é de fundamental importância para seu desenvolvimento, seja físico-motor, cognitivo e/ou afetivo.

Estudos que tiveram início nos países do norte europeu defendiam que “toda pessoa com deficiência tem o direito inalienável de experimentar um estilo ou padrão de vida que seria normal em sua cultura” afirmou (MENDES, 2006, p. 389). Segundo os autores, a integração do indivíduo na sociedade, faz com que ele faça parte de um todo e tenha oportunidade à cultura.

O acesso à educação é de fundamental importância para o desenvolvimento de pessoas com necessidades especiais e vem sendo conquistado lentamente, na medida em que se ampliam as oportunidades educacionais para a população em geral. Com a obrigatoriedade da inclusão deles no ensino regular, professores começam a integrá-los nas atividades rotineiras, dessa forma, eles têm mais oportunidades para observar e aprender com alunos mais habilidosos, viverem em contextos mais integradores e realistas que promovem aprendizagens significativas, em ambientes sociais mais facilitadores e responsivos.

De acordo com Mantoan (1993, p.5) “o conceito de inclusão se refere à vida social e educativa, e todos os alunos, sem exceções, devem frequentar as salas de aula do ensino regular”. Independente ou não de possuir necessidade especial, é direito de toda e qualquer pessoa ser incluída na escola, a qual deve propor estratégias que possibilitem o ensino - aprendizagem e atendam crianças, jovens e adultos com algum tipo de necessidade especial. Esse espaço precisa propor estratégias que possibilitem aos seus participantes desenvolver a capacidade de entender e reconhecer o outro, compartilhar e conviver com pessoas diferentes umas das outras, pessoas com algum tipo de necessidade especial, mas que estão incluídas em uma sociedade. Faz-se necessário que esta também modifique sua estrutura, seus serviços e adapte-os conforme a necessidade de cada pessoa com algum tipo de deficiência. A saber: calçadas com acessibilidade para cadeirantes, calçadas com piso tátil para os cegos, rampas de acesso em edifícios, escadas com corrimões, sinalizadores sonoros para cegos, linguagem de sinais e intérpretes nas salas de aula, material escolar e pedagógico adaptado, entre outras adaptações.

E para as pessoas sem necessidade especial, seria a possibilidade de ensiná-las a aceitar as diferenças, nas suas variadas formas, propondo-lhes a oportunidade de aprender como as pessoas nascem, crescem e se desenvolvem, mesmo com limitações. E aos deficientes, a possibilidade de promover atitudes de aceitação das próprias potencialidades e limitações. Ajudando-os nas suas dificuldades e mostrando-lhes que possuem potencialidades para aquisição de objetivos, embora possuam limitações.

É de suma importância perceber e entender a importância das pessoas com necessidades especiais, reaprender que elas podem realizar algum tipo de atividade dentro de suas limitações e lhes proporcionar condições que facilitem sua independência, participação e autorrealização. A falta de inclusão deve-se, em grande parte, a falta de conhecimento daqueles dos seus direitos, da negação e da falta de oportunidades para que eles possam ser integrados e incluídos numa sociedade excludente.

Segundo Mendes (2006) todo indivíduo tem o direito de estar integrado à sociedade em que vive e Mantoan (2003) fala que a inclusão é direito de todos, por conseguinte a criança, jovem ou adulto deve estar inserido em um ensino regular, independente de possuir ou não alguma necessidade especial.

Ressalta-se o termo necessidade especial porque independente de qual seja a sua característica e/ou limitação é de suma importância a sua integração e inclusão dentro do contexto educacional, como também na sociedade em que vive, pois essa negação, de uma forma ou de outra, interfere no desenvolvimento físico/motor, cognitivo e afetivo do indivíduo com necessidade especial.

CONHECENDO E RECONHECENDO OS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Segundo Mendes (2006) a integração fundamenta-se no princípio da normalização, ou seja: “é o processo de formulação e aplicação de regras para a solução ou prevenção de problemas, com a cooperação de todos os interessados...”. É de suma importância integrar pessoas com necessidades especiais não só nas escolas, mas em toda sociedade, pois eles escreverão sua própria história, transformarão as condições sociais, reinventar-se-ão com suas iniciativas, erros e acertos. É proporcionar condições para que o deficiente se faça presente no meio em que vive.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), em seu Art. 58, “Entende-se por educação especial, para os efeitos dessa Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede de ensino regular para educandos com deficiência, transtornos globais e altas habilidades ou superdotação.”, tornou-se obrigatório a integração daqueles no ensino regular, independente ou não de possuir necessidade especial, e as aulas de Educação Física deverão ser ofertadas de modo que atendam as necessidades do aluno.

Através da regulamentação da Lei, revelou-se aos deficientes que eles são seres humanos ímpares, portadores de potencialidades, mediante limitações inatas ou adquiridas, mas também podem se fazer integrados e incluídos no seu meio social.

Para melhor compreensão, faz-se necessário entender o sentido da palavra integração, que segundo Silveira (2000, p. 441) significa totalização, complementação, inclusão.

A integração escolar é um processo com vários níveis, cada um deles oferece subsídios ao professor de Educação Física que o auxiliam no atendimento dos alunos com algum tipo de necessidade especial, e, independente de qual seja a sua deficiência, inseri-lo no nível que favoreça o seu melhor desenvolvimento em um determinado momento e contexto. Partindo desse pressuposto, além de ter o direito de conviver socialmente, também poderá intervir nos processos políticos e sociais, assumindo assim o "papel" de cidadão na sociedade. A Lei n.º. 853/89 dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social e lhes assegura o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais.

A ideia de integração das pessoas com necessidades especiais ganhou força no Brasil nas últimas décadas, principalmente, a partir da Constituição Federal de 1988. Este acontecimento foi preponderante, pois abriu espaço para uma luta em prol da universalização do ensino, quando propõe no artigo 205 que “educação como direito de todos e dever do Estado e da família” e, adiante, no artigo 206, discorre sobre “igualdade de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988). Este direito é reafirmado pela LDB/1996. E integrar o indivíduo à sociedade para que ele passe a fazer parte da cultura, fazer parte de um todo, independente de possuir ou não algum tipo de necessidade

especial, é dever de todos, porque o indivíduo deve ter acesso a uma escola de ensino regular. Direito pleno garantido constitucionalmente.

De acordo com Brasil (1993) O Plano Nacional Decenal de Educação Para Todos (1993 – 2003) aponta a necessidade de rever as práticas educativas como também as orientações legais para as pessoas com necessidades especiais. Este documento prevê que a universalização seja alcançada pela implantação de estratégias de ensino para atender necessidades específicas, assegurando a todos uma educação de qualidade. O documento aponta, ainda, à urgência de se repensar a filosofia educacional, de modo a valorizar e respeitar as diferenças individuais daqueles que portam algum tipo de necessidade especial.

Foi sancionado, em 25 de junho de 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE), lei que tramitou no Congresso Nacional durante quatro anos e estabelece 20 metas para serem cumpridas até 2024. A meta 4 prioriza a educação inclusiva e expressa:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos, o atendimento escolar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (BRASIL, 2014, p.24)

Os dois planos fazem alusão a pessoas com algum tipo de necessidade especial, garante, através da Lei, a inserção no ensino regular e de que forma serão essas práticas. Segundo o PNE: Art. 227: II - § 1º - Criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

A Declaração de Salamanca (1994) foi um documento elaborado na Conferência Mundial de Educação Especial, entre 7 e 10 de junho, na Espanha. Ela visa à inclusão social na educação para crianças, jovens e adultos que portam algum tipo de necessidade especial ou não. O documento assegura-lhes que devem ter acesso à escola regular e neste espaço todos podem aprender juntos, com ou sem necessidade especial.

De acordo com Soler (2009), apesar das dificuldades, a inclusão traz benefícios aos alunos com necessidades especiais dentro do ensino regular. O que significa dizer que, mesmo com limitações inatas ou adquiridas, é possível eles terem acesso ao ensino, mas por outro lado, o não entendimento e o não conhecimento das pessoas que não possuem deficiência contribuem para que as pessoas com necessidade especial sejam marginalizadas e não respeitadas. “Foi principalmente na Europa que surgiram os primeiros movimentos pelo atendimento às pessoas com deficiência refletindo mudanças na atitude dos grupos sociais, se concretizando em medidas educacionais” Mazzotta (2005, p. 17). Após esses movimentos, várias atitudes se expandiram por todos os países, inclusive no Brasil.

Sabe-se que a educação transforma as pessoas, mas para que isso aconteça, faz-se necessário que o educador tenha um mínimo de conhecimento científico acerca do assunto necessidade especial, pois assim cada sujeito, com ou sem necessidade especial, será capaz de refletir sobre a sua condição individual. Visto que pessoas com deficiência podem desenvolver atividades laborais desde que tenha condição e apoio as suas características, já que está inserido numa sociedade que ora inclui, ora exclui.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's, 1998, p. 40) " o professor pode fazer adaptações, criar situações de modo a possibilitar a participação dos alunos especiais", dessa forma os alunos serão incluídos nas aulas de Educação Física através da adequação de métodos utilizados pelo professor, não obstante o que contribui para que a exclusão aconteça, é que aqueles são vistos como seres incapazes de realizar alguma atividade, por conseguinte o professor não sabe lidar com a deficiência do aluno e, muitas vezes, não está apto a trabalhar com esse tipo de situação.

Sendo assim, a inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino regular traz benefícios para suas vidas, ajuda-os no seu desenvolvimento físico, motor e cognitivo, possibilita-lhes

serem membros ativos no meio em que vivem. Para Mantoan (1993, p.5) a inclusão refere-se a todos com ou sem necessidade especial, pois todos têm direito a um ensino regular. Portanto, percebe-se que é de fundamental importância conhecer a realidade dos alunos, o grau de sua deficiência e, posteriormente, como professor, tornar-lhes acessíveis as aulas. Esse processo de integração e inclusão não deve existir unicamente nas escolas e na sala de aula, mas sim em toda sociedade.

Segundo Stainback (1999, p.21) para que a inclusão aconteça é necessário existir três elementos. O primeiro é a rede de apoio, componente organizacional que envolve coordenação e equipes individuais que apoiam uns aos outros. O segundo é a consulta cooperativa e o trabalho em equipe, que envolve indivíduos que trabalham juntos para planejar programas para diferentes alunos. E o terceiro é a aprendizagem cooperativa, que está relacionada com a aprendizagem em sala de aula, consiste na seguinte metodologia, vários alunos com interesses e habilidades diferentes possam atingir seu potencial.

Foi nos anos 1990 que chegou ao Brasil a Escola Inclusiva, ou seja, uma escola que atende alunos com algum tipo de deficiência, estruturando-se em função dessas deficiências, sendo que tal estrutura deve ser eficiente para atender a todos os alunos nos seus diferentes níveis de ensino. A escola e o sistema educacional buscam apoio para trabalhar as diferenças, sem tirar essas crianças do convívio social. A Educação Inclusiva no Brasil é hoje um desafio a ser enfrentado dia após dia pelos profissionais da Educação. É uma educação voltada de todos para todos, na qual os alunos sem deficiência e os deficientes poderão aprender uns com os outros. Nessa perspectiva, é de fundamental importância criar uma ação pedagógica que promova a efetiva aprendizagem dos conteúdos pelos alunos.

A integração e inclusão das pessoas com necessidades especiais nas aulas de Educação Física nas escolas de ensino regular requerem várias mudanças nos seus procedimentos de ensino e em toda a área escolar. Partindo do pressuposto de que o professor de Educação Física possua um entendimento sobre as necessidades dos alunos (suas deficiências), faz-se necessário que, na graduação, haja um estudo da Educação Física Adaptada, pois para Duarte e Werner (1995) é uma área que estuda a motricidade humana para as pessoas com necessidades especiais, adaptando metodologia de ensino para eles. Dessa forma, o professor saberá qual melhor didática para trabalhar com aqueles, como vai incluí-los na prática das atividades. É necessário que na escola haja uma equipe multidisciplinar, a participação e o apoio da família do aluno deficiente.

A Educação Física é vista como um processo de socialização e a partir do entendimento do professor, este processo é repassado para os sem deficiência. Eles aprendem a ter respeito às diferenças e até mesmo começarão ajudando aos deficientes na sua aprendizagem. Esta disciplina é constituída de uma área de adaptação a qual permite a participação de crianças e jovens em atividades adequadas para as suas necessidades, integra-os e os inclui dentro do contexto escolar.

Neste sentido, Soler (2009) diz que o professor deve identificar, nas suas aulas, quais as necessidades e capacidades de cada pessoa, como também trazer metodologias que as modifiquem, ajudem-nas na sua autonomia e independência. Como primeiro passo tem-se a observação para o planejamento de suas aulas. Alguns procedimentos são indispensáveis à Educação Física Inclusiva:

Elaborar projeto que contemple as diferenças, conhecer o grupo de crianças, notar suas necessidades, e a partir daí, planejar/ elevar gradativamente o grau de dificuldade das atividades/ sempre demonstrar o exercício ou atividade/ evitar explicações complicadas e extensas ao iniciar/ elogiar o acerto, mas nunca enfatizar o erro/ sempre no final da atividade avalia-la e se for preciso transforma-la/ conversar com todos os interessados (pais e pessoas que trabalham com ele)/ nunca improvise, planeje sempre/ mantenha-se sempre atualizado/ registre sempre as aulas com fotos, filmagens e anotações, pois é uma ótima forma de avaliar o processo. (SOLER, 2009, p. 127)

É necessário que o professor adote esses procedimentos supracitados para melhor ministrar e facilitar a sua metodologia em sala de aula, de forma que consiga ensinar-lhes, atendendo a todas as suas necessidades, propiciando o ensino - aprendizagem de forma que aqueles consigam executar as atividades propostas pelo professor, e que este busque de maneira clara, simples e objetiva a participação daqueles.

Com essa dinâmica, além de trabalhar o corpo dos discentes, o professor irá trabalhar também a autoestima deles. De acordo com Soler (2009, p. 147) “a autoestima é a formada pela imagem que cada pessoa tem de si mesmo (autoimagem), somada ao autoconceito desenvolvido a partir de incentivos e informações que recebe de seu meio social”. Entretanto, os alunos que portam algum tipo de necessidade especial, no início das atividades, ficam distantes e desconfiados devido ao tipo de atividade que lhes vai ser proposta, mas a partir do momento que são atraídos por ela, começam a participar, brincar e se divertir. Esse desempenho lhes faz bem e os ajuda na aquisição da autoestima.

Com a participação deles nas atividades, entende-se que há uma melhora em sua autoestima, pois aquela os ajuda a desenvolver suas habilidades quaisquer que sejam seus limites.

DESENVOLVENDO AS HABILIDADES ATRAVES DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Parafraseando Vandercook, Fleetham, Sinclair e Tetlie (1988) que afirmam que todas as crianças devem estar integradas dentro da sala de aula, devem ter a oportunidade de aprender e de desenvolver umas com as outras as habilidades e os valores necessários para a inclusão de todos os cidadãos, entretanto não só basta o aluno com necessidade especial estar incluído no ensino regular, mas também estar integrado ao ambiente educacional. É nas aulas de Educação Física que todos têm a oportunidade de desenvolver o aspecto físico-mental, cognitivo e afetivo.

É importante que o professor conheça a realidade do aluno e o tipo de sua necessidade para relacionar a sua prática ao ensino daquele. E é através de suas necessidades que tanto os professores quanto os alunos devem distinguir as diferenças, devem se ajudar mutuamente, e constatar suas potencialidades, dentro de seus limites, integrarem-se e incluírem-se dentro das aulas.

O professor deve adequar as atividades aos alunos para que eles participem e consigam alcançar um desenvolvimento perto de sua potencialidade. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) o esporte tem subsídios educativos dentro da escola para atender a todos os alunos, respeitando as suas diferenças e proporcionando o crescimento e melhora no desempenho físico/motor do aluno com necessidade especial, onde haja a interação do aluno-aluno e professor-aluno construindo um desenvolvimento social, pessoal e intelectual.

E para que haja essa interação de aluno-aluno e professor-aluno, é necessário que se facilite o entendimento e o aprendizado. O aluno com necessidade especial possa imitar os colegas que já consigam executar bem os movimentos e ações propostas, que aqueles os ajudem fisicamente, inclusive, se houver necessidade, o docente trabalhe com o estímulo verbal, a fim de aumentar a autoestima e conseqüente vontade de seguir na atividade. Outra proposta é oferecer atividades lúdicas, jogos adaptados ao aluno, exploração de gestos, enfim, o docente deve criar propostas para que todas as diferenças possam participar em uma mesma aula. Assim, o aluno deficiente terá a oportunidade de criar, diversificar e ampliar a bagagem motora que traz consigo, agregando ainda mais experiências ao seu universo. Segundo Gorgatti (2004) a Educação Física para pessoas com necessidades especiais significa desenvolver atividades que visem limitações físicas/motoras, sensoriais, mentais e potencialidades de alunos.

De acordo com Zunino (1979) o objetivo da Educação Física escolar não é desenvolver um desenvolvimento motor padrão igual em todos alunos, mas, a partir de aulas planejadas, favorecer a capacidade de superar impedimentos físicos e psicológicos que se interpõem no caminho do discente. É necessário que o professor entenda o contexto no qual cada aluno se encontra para intervir de forma que venha ampliar as suas capacidades, diante de suas necessidades, utilizando-se de suas limitações sejam elas física/motora, sensorial e mental. É importante ressaltar que os conteúdos trabalhados pelo professor são os mesmos de qualquer outra aula de Educação Física, o que muda são os meios para facilitar o acesso aos portadores de necessidades especiais à prática. O professor de Educação Física precisa estimular os seus alunos para obter a resposta desejada. Independentemente de onde ocorra a aula de Educação Física ora seja num ambiente aberto, ora seja num ambiente fechado, vai depender da forma e de como o professor irá estimulá-los para o desenvolvimento da atividade proposta.

As aulas para alunos deficientes devem ser o mais próximo possível de sua realidade e existe uma metodologia para cada portador de necessidade especial. Pessoas com necessidade especial física/motora podem participar das atividades com a ajuda do professor, colegas de sala ou até por eles mesmos, dependendo do grau de deficiência, pois pode haver a perda total ou parcial da capacidade motora. Por exemplo, cadeirantes podem jogar o handebol, eles mesmos manuseiam a cadeira se deslocando de um lado para outro. A partir daí, eles começam a conhecer suas possibilidades de movimento, é óbvio que eles devem executar movimentos que lhes sejam acessíveis.

Para pessoas com necessidade especial mental, os professores devem trabalhar estimulando-lhes a atenção, concentração, pensamento lógico e lateralidade. Exemplo de atividades a serem desenvolvidas com esses indivíduos: sentados em círculos, o professor pega uma bola e passa para um deles e estes vão passando de um a um; em seguida, o professor vai cantando uma música, quando a música parar, o que tiver com a bola vai imitar um bicho. Outra atividade é colocar uma corda para que eles andem por cima dela, assim estará estimulando o equilíbrio.

No caso de pessoas com necessidade especial sensorial, na qual há a perda total ou parcial de algum dos cinco sentidos, as perdas mais comuns são a surdez e a cegueira. Para os alunos que são surdos, estes podem praticar qualquer atividade proposta pelo professor, contudo para haja sucesso faz-se necessário que o professor saiba se comunicar com eles através da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). No caso dos alunos cegos, existem atividades que podem ser adaptadas, entre elas: realizar uma partida de futebol, pois existe no interior da bola, específica para futebol entre cegos, um guizo que os faz escutar o barulho e se desloquem na direção para qual a bola rolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho se propôs a realizar um estudo sobre a integração e a inclusão de pessoas com necessidade especial nas aulas de Educação Física. Assimilar como o professor desenvolve as aulas para que todos os alunos participem, de forma que cada um desenvolva suas habilidades dentro de suas limitações. Percebeu-se que, no decorrer do estudo, não se trata apenas de matricular crianças, jovens e adultos deficientes nas escolas, mas sim de garantir que permaneçam, aprendam juntamente com os alunos sem deficiência e caminhem com autonomia.

Inicialmente, apresenta-se um breve histórico sobre integração e inclusão nas aulas de Educação Física. No decorrer do texto, fala-se das formas de integrar e incluir as pessoas com necessidades especiais no ensino regular. Ampliou-se o texto com a citação do embasamento legal para inclusão de alunos com necessidade especial no ensino regular. Falou-se também da escola inclusiva e do conhecimento científico necessário aos professores de Educação Física. No entanto, é importante ressaltar que não basta ter leis se o professor não estiver capacitado para realizar as mudanças necessárias às aulas, pois se o conhecimento inexistente, as reformas não acontecem, porque os docentes não saberão como adaptar as suas aulas para que aqueles participem.

Sabe-se que a integração e a inclusão são processos lentos, contudo, aos poucos, vêm sendo conquistados. São processos que envolvem a família e toda a comunidade.

De acordo com os estudos realizados, observou-se que o professor possui um papel muito importante para com seu aluno, pois, através das aulas de Educação Física, pode desenvolver as habilidades de acordo com o limite de cada aluno. É de extrema importância ressaltar que os conteúdos das aulas de Educação Física são os mesmos, porém o que muda é a metodologia utilizada pelo professor.

Conclui-se que para existir uma verdadeira integração e inclusão educacional é necessário não só a capacitação dos professores para o ensino, mas também tornar a escola um ambiente acessível para todos, como também provê-la com recursos materiais para tornar as aulas mais interessantes e atrativas. Preparar a comunidade e, principalmente, buscar o apoio dos pais dos alunos com ou sem necessidade especial a lutarem por uma escola inclusiva. A escola deve assumir um compromisso importante: acreditar que as mudanças existem desde que exista uma transformação no sistema de ensino.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Ministério da Educação. **Plano Decenal de Educação para Todos**. Brasília, 1993.
- BRASIL, Ministério da Educação. SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Brasília, 1998.
- BRASIL, **Ministério da Educação**. Disponível em : http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf
- BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12907:legislacoes>
- BRASIL, **Plano Nacional de Educação – PNE**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm
- BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Física**. 2.ed. Brasília: MEC/SEF, 2000.
- BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União nº 191 – A, 5 de outubro, 1988.
- CERVO, Amado Luiz, BERVIAN, Pedro Alcino, DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- CONSTANT, **Instituto Benjamin Constant**. Disponível em: <http://www.ibr.gov.br/?itemid=89>
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Necessidades Educativas Especiais – NEE**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>
- DUARTE, E.; WERNER, T. Conhecendo um pouco mais sobre as deficiências. In: **Curso de atividade física e desportiva para pessoas portadoras de deficiência: educação à distância**. Rio de Janeiro: ABT: UGF, 1995, v. 3.
- GORGATTI, M. G., Penteadó, S. H.N.W., PINGE, M. D., DE ROSE JR., D. Atitudes dos professores de educação física do ensino regular com relação a alunos portadores de deficiência. **R. bras. Ci e Mov.** 2004; 12(2): 63-68.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. p. 5, 13-20 e 27- 34.
- MAZZOTTA, M. J. Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5ª Ed. São Paulo. Cortez, 2005.
- MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação** v. 11 n. 33 set./dez. 2006.
- SILVEIRA, Bueno: **minidicionário da língua portuguesa**. – Ed.rev. e Atual.- São Paulo : FTD, 2000.
- SOLER, Reinaldo. **Educação Física inclusiva na escola: em busca de uma escola plural**. – Rio de Janeiro: Sprint. 2009 - 2ª edição.
- STAINBACK, Susan, STAINBCK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed,1999.
- ZUNINO, Ana Paula. **Educação física: ensino fundamental, 6º - 9º**. Curitiba: Positivo, 2008.